

Bárbara Isabel Martins Furiati

**Para além do Quixote: Relações Brasil-França durante a ocupação
alemã na Segunda Guerra.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

Universidade de Brasília - UnB

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Lessa

Brasília

Abril, 2012

Resumo

O presente artigo analisa a atuação da diplomacia brasileira, entre 1940 e 1942, em relação à invasão alemã à França na 2ª Guerra Mundial. Contrário a opinião corrente, argumenta-se aqui que o Ministério de Relações Exteriores assentiu veladamente ao auxílio à fuga de judeus prestada pelo embaixador Luis de Souza Dantas.

Mediante uma conduta proforma, a instituição acatou as ordens presidenciais, que limitavam a migração de judeus, sem dotá-las de eficácia que coibisse efetivamente as ações do embaixador. Tal conduta conformava-se com a sociedade da época, para a qual o holocausto, ainda que pungente, era questão pouco condizente a engajamentos.

Abstract

This essay analyses Brazillian diplomatic reaction, between 1940 and 1942, to France Occupation by Germany in World War II. Opposite to commonly held claims, the essay asserts that the Ministry of Foreign Affairs consented in veiled way to the support given by ambassador Souza Dantas to fleeing Jews.

Adopting a pro forma Modus Vivendi, the institution accepted presidential orders, which limited Jewish migration, without enforcing these orders actively against ambassador's actions. The attitude was consistent with those days society, for whom Holocaust, albeit poignant, was a low compelling matter.

Sumário

Introdução	1
O pêndulo da equidistância.....	8
Souza Dantas e a chancelaria.....	14
Souza Dantas nos documentos oficiais.....	16
Conclusão.....	22
Referências bibliográficas.....	23

Introdução

O período que vai da Primeira à Segunda Guerra Mundial é uma época de crise generalizada. Há uma crise política, em que o Estado liberal passa a ser contestado por um lado como ditadura de classe, por outro como excessivamente democrático; há uma crise ideológica, em que os pressupostos de racionalidade do liberalismo são atacados ora em nome de valores tradicionais, ora em funções de perspectivas totalmente novas; e há uma crise econômica e social que, com a exceção de um breve momento de prosperidade, cobre todo o período¹.

Os acordos do fim da Primeira Guerra Mundial, em Versalhes foram o início desse período de instabilidade nas relações internacionais, marcado pela reviravolta nas relações entre as potências e pelo crescimento de egoísmos nacionais. A preocupação em qualificar o período entreguerras está presente mesmo nas interpretações de conjunto e revela uma convergência de idéias nas expressões dos historiadores: um período de “Paz Ilusória”, ou “Paz Frustrada” para Jean-Baptiste Duroselle, de “Crises” para Pierre Renouvin, de “Turbulência européia” para René Girault e Robert Frank, um “arranjo de transição” para Adam Watson, uma “Era da catástrofe” para Eric Hobsbawm² e “Vinte anos de crise” para Edward Carr.

No período entre-guerras temos, portanto, ao mesmo tempo, a desintegração de antigos sistemas de poder, cujas áreas de influência passam a ser objeto de disputa, e a constituição de novos sistemas que procuram ampliar sua área de influência.³

A década de 1930 foi inaugurada sob a égide da crise de 1929. E no contexto dessa crise, três atores se destacam pelas mudanças políticas internas e pelos impactos que causaram no sistema internacional: (a) ascensão de Hitler ao poder na Alemanha; (b) Opção política de Mussolini por uma política externa de força; (c) Abandono do pacifismo pelo Japão, que passou a ser controlado por militares nacionalistas.⁴

E com a profunda crise no sistema capitalista, o nacionalismo econômico, o protecionismo alfandegário, a descrença nas instituições do Estado liberal, o

¹ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 51

² SARAIVA, José Flávio. S. (Org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 131

³ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 53

⁴ SARAIVA, José Flávio. S. (Org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 101

acirramento das lutas partidárias e doutrinárias, a busca de alternativas radicais (cujo maior exemplo foi a ascensão do nazismo) e o crescimento dos nacionalismos foram tendências. A base teórica para a nova formulação econômica era a do economista britânico John Keynes.⁵

Na década de 1930, os objetivos revanchistas e anexionistas do nazismo encontraram perfeita consonância com as limitações do mercado interno alemão, agravadas pela política de cartelização e compressão salarial, que apontavam a conquista de espaços econômicos no exterior como a solução para os problemas do país. A extensão do seu domínio territorial e a conquista de novos mercados são apenas duas faces da mesma política imperialista.⁶

Na iminência da entrada dos exércitos inimigos em Paris, em 10 de junho de 1940, o governo Frances saiu da capital, e poucos dias depois, em 14 do mesmo mês, as forças alemãs invadiram Paris. A sede do governo francês tornou-se temporariamente itinerante, tendo ficado de 11 a 14 de junho na cidade de Tours, quando, então, seguiu para Bordeaux. Em 22 de junho de 1940, os franceses, oficialmente, capitularam, e logo, foi assinado o armistício, em que a França se rendia, consentindo com a ocupação alemã do norte do país, e com a transferência da capital francesa para Vichy. Em 10 de julho, dissolveu-se a Assembléia Nacional Francesa, e iniciou-se o novo governo, encabeçado pelo já octogenário Marechal Petáin. Com a invasão, ficou evidenciada a política que vinha sendo seguida por Petáin, que não ofereceu grande resistência à Hitler, parecendo mais preocupado em conter a oposição esquerdista, dismantelar as conquistas sociais da terceira república e buscar um acordo com a Alemanha, minimizando a derrota. Enquanto isso, o general De Gaulle evadia-se para o exterior e organizava um movimento de resistência chamado “*França Livre*”⁷

Tendo como ponto de vista inicial os fenômenos fascistas que se espalharam pela Europa pós-Primeira Guerra Mundial e ainda se espalhavam durante a Segunda Guerra Mundial (como o exemplo francês) Cointet-Labrousse⁸ apresenta o Regime de Vichy como um período político com certa tendência à esfera fascista. Isto é dito, pois podemos afirmar com segurança que a autora não considera Vichy e seus homens de peso, como o marechal Pétain, um regime inteiramente fascista no sentido “modelo”, ou

⁵ JOLL, James. Europe since 1870. London: Penguin. 1990. P 115

⁶ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 55

⁷ FAUSTO, Boris. História Geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL. 1986. P 156

⁸ COINTET-LABROUSSE, Michèle. Vichy et le Fascisme. Bruxelas: Editions Complexe, 1987. P 127.

seja, se compararmos com os dois tipos clássicos de fascismos – o italiano e o alemão –, Vichy não se adaptaria a eles de forma completa. Contudo, isso poderia ser mais facilmente interpretado se for levado em conta a diversidade de fascismos existentes e que apresentavam diferenças para com os originais, os quais não eram um modelo único e inexorável.

Na América Latina, os conflitos ideológicos opunham três forças principais: socialismo, fascismos e liberalismo; mas do ponto de vista da disputa pela hegemonia, o recuo inglês desde a Primeira Guerra Mundial propiciou o confronto de dois sistemas de poder em constituição: a Alemanha e os EUA.⁹

A América Latina tornou-se então o palco não só de uma guerra comercial como de uma acirrada disputa política e ideológica, exatamente no momento em que ganhavam impulso na área o nacionalismo econômico e o autoritarismo antiparlamentar.¹⁰ O recuo inglês no Brasil do entre-guerras não modificou substancialmente a dependência econômica, a qual se transferiu para a economia norte-americana.¹¹

No Brasil, alguns elementos caracterizam a mudança de modelo de inserção internacional que se operava desde 1930: a) a inconveniência de prolongar o modelo anterior da agroexportação, que na década de 1920 cultivava o prestígio externo e procurava manter o crédito na praça de Londres, e que fora objeto de críticas por parte do movimento tenentista, de intelectuais e do meio político; b) a consciência que a crise do capitalismo despertou de se estar vivenciando uma fase de transição que permitia que o desenvolvimento fosse convertido em objetivo-síntese da política exterior; c) a convicção de se poder utilizar a diplomacia para alcançar resultados, a exemplo dos países de centro, então guiados pela introspecção estratégica e econômica; d) a descoberta das condições de eficiência de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento: autonomia decisória, ação cooperativa, comércio exterior flexível sem amarras doutrinárias, subordinação da segurança aos fins econômicos e a concomitância de boas relações com os grandes e os vizinhos. Esses elementos mostram o alcance da inserção internacional que, então, se desejava para o Brasil com o objetivo-síntese de

⁹ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 56

¹⁰ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 56

¹¹ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 56

desprender, enfim, a nação dos interesses de um grupo social apenas e lançá-la rumo a modernização.¹²

A Segunda Guerra Mundial criou mais uma condição favorável aos propósitos de desenvolvimento brasileiro e latino-americano. A solidariedade política continental tornou-se fator preponderante nos cálculos estratégicos do governo de Franklin Roosevelt nos EUA, disposto a reforçar a base econômica dos vizinhos do sul, visto que essa melhoria era importante para os esforços de guerra. O Brasil de Vargas soube manipular com grande habilidade essa cooperação bilateral, enquanto a Argentina insistia em sua neutralidade, vista com relutância pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.¹³

A análise que fazemos das experiências latino-americanas de então coloca em plano bem secundário a capacidade explicativa dos regimes políticos na origem do novo paradigma de inserção internacional. Os Estados da região foram ocupados por novos dirigentes que alijavam do poder as velhas oligarquias da era liberal-conservadora. Esses novos dirigentes iam adaptando a leitura do interesse nacional às demandas de uma sociedade em transformação. Não convinha, em sua avaliação, que se prolongasse o Estado liberal, posto a serviço, durante tanto tempo, do grupo socioeconômico hegemônico da nação, mas reorientá-lo para a realização de interesses gerais e estruturais. Desse modo, podemos identificar entre os componentes do novo paradigma de política exterior, que se iam agregando aos padrões de conduta, alguns elementos conceituais, tais como: a idéia segundo a qual o processo decisório deve nutrir-se de percepções adequadas dos interesses nacionais; a idéia de realizar, pela via da negociação, ganhos recíprocos nas relações internacionais; o objetivo de superar desigualdades entre as nações; e, enfim, uma visão de mundo cooperativa, de realização mútua de interesses entre os povos.¹⁴ O advento do Estado Novo, em novembro de 1937, foi bem acolhido em Berlim e em Roma, mas, contrariamente ao que poderia indicar, o Brasil nunca assumiu externamente uma atitude que eventualmente pudesse levar a um alinhamento às potências do Eixo.¹⁵

¹² CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 45

¹³ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 45

¹⁴ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 46

¹⁵ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2008. P. 244

Entre 1930 e 1945, portanto, a América Latina abriu novo caminho, quando os EUA passaram a orientar por outro paradigma suas políticas exteriores. Trata-se de um movimento convergente, embora com intensidade variada entre os diversos governos. A mudança conceitual era pouco perceptível na linguagem diplomática (...) (*mas*) era mais perceptível nos processos decisórios.¹⁶ Os governos da região pretendiam imitar os grandes países capitalistas e tornarem-se unilaterais na realização de objetivos externos diretamente vinculados a ganhos internos, que eram identificados com ganhos de desenvolvimento, que por sua vez confundiam-se com a expansão da indústria. A industrialização converteu-se, assim, no objetivo-síntese da política exterior, pois se esperava das indústrias o aumento da riqueza, o provimento de meios de segurança, a abertura de oportunidades de negócios para a burguesia nacional, a expansão do emprego para as massas urbanas e a modernização da sociedade como um todo, no entendimento da elite esclarecida. Transitava-se do interesse de um grupo para o interesse de uma nação.

Durante os anos da depressão capitalista e no contexto da Segunda Guerra Mundial, a América Latina revelou extraordinário dinamismo econômico que colocou grandes países como o Brasil, o México, e a Argentina em direção do mundo moderno, e as pressões externas e internas agiam como elementos propulsores da transformação.¹⁷

A hipótese de Gerson Moura é a de que as decisões da política externa brasileira nesse período respondem à dinâmica da conjuntura política brasileira. Nesta, por sua vez, ocorre uma completa divisão, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão, e a política externa reflete essa indefinição da luta política, apresentando-se ela própria como uma política de indefinições, ou de *equidistância pragmática* entre os centros hegemônicos emergentes.¹⁸

Embora tenham sido lançados e definidos com bastante clareza durante a depressão capitalista e a Segunda Guerra Mundial, os parâmetros do paradigma desenvolvimentista seriam depurados e aperfeiçoados nas décadas seguintes,

¹⁶ CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 45-46

¹⁷ CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 71

¹⁸ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 62

consolidando-se, assim, como modelo de inserção internacional para o Brasil por um período de sessenta anos.¹⁹

A colaboração de guerra e a aliança militar com os EUA, sobretudo a vitória alcançada pela democracia face ao totalitarismo, haviam produzido o sentimento de que a nação dispunha de um capital político de grande envergadura. Esse sentimento impregnou a diplomacia, que não soube evitar seu superdimensionamento.²⁰

A avaliação ilusória da própria importância não levou em conta a realidade caracterizada pelo rumo que tomaram a atenção e os interesses norte-americanos em favor do re-erguimento político e econômico da Europa e da construção dos sistemas de aliança, com o fim de conter a expansão do comunismo, bem como em favor da hegemonia econômica que os Estados Unidos pretendiam estabelecer sobre a área de influência ocidental.²¹

A equidistância de 1935-1941 produziu ganhos significativos no plano internacional e aumentou sem dúvida o poder de barganha do governo brasileiro. Esses ganhos do período são o resultado geral de um quadro que se caracteriza pelo recuo das potências tradicionais, a competição de dois sistemas de poder nascentes, e a divisão interna nas instâncias de decisão do Estado brasileiro²²

A invasão alemã na França gerou desafios novos para a diplomacia brasileira. Não se esperava que a vitória alemã fosse tão rápida e certa. “No papel, a discrepância entre os dois lados, exceto no ar, não era muito grande”²³ Porém, diversos motivos contribuíram para uma rápida queda do governo francês. Sua indústria carecia de uma base de produção de massa necessária para a rápida expansão²⁴, e sua situação econômica sentia, justamente nesse momento, os efeitos mais agudos da crise. “Na década de 1920, a França parecia ser o maior poder na Europa. (...) Mas [poucos anos depois] enfrentou uma crescente crise política e social, que afetou sua política externa e contribuiu para a perda de sua posição adquirida na Primeira Guerra Mundial. Isso se deu parcialmente pelo fato de que em 1934 a França estava começando a sentir os

¹⁹ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 72

²⁰ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 95

²¹ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. PP 96

²² MOURA, Gerson. *A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 63

²³ JOLL, James. *Europe since 1870*. London: Penguin. 1990. P 380.

²⁴ JOLL, James. *Europe since 1870*. London: Penguin. 1990. P 349

efeitos da crise econômica enquanto nos outros lugares os primeiros sinais de recuperação já apareciam”.²⁵ Por fim, complexidades inerentes à situação política francesa à época, com acirrados conflitos de interesses de classes; bem como a dificuldade de articular uma atuação conjunta com outros estados europeus, levaram o governo Francês a uma reação lenta e inepta. Segundo Hobsbawn²⁶, “A França nada podia sem aliados contra uma Alemanha revivida.”

Contudo, enquanto países prontamente reconheceram o governo no exílio de De Gaulle como o legítimo representante do Estado francês, o Brasil manteve relações com Vichy até 1942. O evento de certa forma repentino da tomada e divisão da França legou novos desafios ao Brasil, onde atitudes desencontradas de diversos atores da política externa são evidências de como o Brasil teve que reajustar sua relação bilateral em função de seus objetivos e limitações.

Este artigo fundamenta-se na importância de se pesquisar determinantes mais amplos para a dinâmica das relações internacionais entre Brasil e França na Segunda Guerra. Frente a uma literatura biográfica que trouxe bastante relevância para os indivíduos envolvidos nas relações diplomáticas entre Rio de Janeiro e Vichy, faz-se necessário traçar quais foram os determinantes sistêmicos que incidiam sobre essas relações. Deve-se buscar a compreensão das posturas adotadas pelo estado brasileiro em função de seus objetivos estratégicos, de suas possibilidades de inserção internacional e das limitações de atuação que o Estado possuía.

Para isso, aqui analisarei as relações Brasil-França entre 1940 e 1942, seus atores, prerrogativas e consequências, tentando compreender como o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial influenciou as relações bilaterais Brasil-França, destacando os papéis dos diversos atores do Estado Novo, seus objetivos estratégicos e suas posições adotadas. Analisarei também a política externa brasileira e como sua inserção global nesse período impactou as relações bilaterais Brasil-França, a dinâmica bilateral em relação a evolução da estratégia de barganha da “equidistância pragmática” do governo Vargas, e os motivos que levaram o Brasil a manter relações diplomáticas com a França colaboracionista durante parte da guerra.

²⁵ JOLL, James. Europe since 1870. London: Penguin. 1990. P 349

²⁶ HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001. P 154

O pêndulo da equidistância

A *equidistância pragmática* exigia um equilíbrio especial, tanto no plano externo quanto no interno. Externamente, tratava-se do equilíbrio mais abrangente de dois grandes sistemas de poder que emergiam no plano internacional. Internamente, dizia respeito aos diferentes grupos de interesse e seu acesso aos centros de decisão.

Aos reajustes políticos internos que produziram o Estado Novo corresponderam movimentos do plano internacional que intensificaram a competição entre os dois sistemas emergentes e puseram em marcha novas pressões sobre a política externa brasileira, especialmente da parte do governo dos EUA, que procurou ganhar apoio mais decidido do Brasil.

O interregno liberal-democrático de 34-37 no Brasil pode ser visto como um caminho ascendente rumo ao autoritarismo, na qual a lei de segurança nacional, a insurreição de novembro de 35 e a conseqüente repressão à ANL, a tumultuada campanha eleitoral de 37, a decretação do estado de guerra, e finalmente o golpe de Estado de 10 de novembro constituem os marcos mais salientes. Consumado o golpe, fecha-se o Congresso Nacional, decreta-se o fim dos partidos e das eleições, suprimem-se as garantias individuais e outorga-se uma nova Constituição que confere poderes extensos à presidência da República. O golpe veio envolvido num clima de repúdio ao liberalismo econômico e político e de ênfase às soluções nacionalistas e corporativistas.

Por tudo isso, o Estado Novo foi recebido com temor nos EUA, pois à negação da democracia interna parecia corresponder a um alinhamento pró-Eixo no plano externo; era essa a impressão captada pela imprensa norte-americana e que perdurou até maio do ano seguinte, quando a tentativa de golpe integralista contra o governo Vargas sugeriu uma nova realidade. No plano diplomático, as coisas se passaram de modo diverso: desde os primeiros dias o governo americano não ligou o golpe no Brasil à influência de Berlim, mas apenas a uma ‘tendência que tem se manifestado freqüentemente na América Latina no passado’.

Por seu lado, também o governo brasileiro apressou-se em desmentir qualquer vinculação política do Estado Novo com o Eixo. Ainda mais importante que o desmentido foi a designação de Osvaldo Aranha, até então embaixador em Washington e considerado amigo dos EUA, para o posto de ministro de Relações Exteriores no Brasil. Com isso, Vargas não apenas agradava ao governo Roosevelt, mas também reequilibrava sua equipe ministerial, num momento em que os militares adquiriam um peso político excepcional. Tinham grande influência no governo o ministro da Guerra,

Eurico Dutra, e o chefe do Estado Maior do Exército, Góis Monteiro, ambos tidos como ‘pró-alemães’. O ministro da Fazenda, Sousa Costa, também era um elemento importante nas decisões que afetavam a política exterior. Nessa área, as decisões relevantes da Aranha, Dutra e Sousa Costa, atuando Vargas como árbitro geral das disputas, sempre no sentido de garantir a *eqüidistância*.

A ‘missão Aranha’, que foi a visita do chanceler Aranha aos EUA, em 1938, para conversações em torno da agenda bilateral, constituiu-se, num primeiro momento, da inflexão na eqüidistância pragmática, que o governo brasileiro sustentara até então. Para os EUA, em sua relação com o Brasil, a missão Aranha configurou-se como um ponto de apoio para futuras iniciativas no plano político e militar.

A guerra européia desencadeou essas iniciativas, ao mesmo tempo em que provocava um recuo comercial da Alemanha na América Latina. No novo quadro criado pela guerra, o Brasil assumia um papel crucial na estratégia norte-americana e esse fato não passou despercebido pelo governo Vargas. À ofensiva ideológica e política desencadeada então pelo governo americano, corresponderam reações brasileiras que visavam maximizar os benefícios possíveis na reorientação de sua política externa. Desse modo, começou a quebrar-se a partir de 39 a eqüidistância pragmática que orientara nos anos precedentes a política externa brasileira.

Entre 39-42, enquanto se processava a ofensiva ideológica e política dos EUA na América Latina, o governo do Brasil tratou de tirar o máximo proveito possível dessa reorientação política, em meio à conflagração mundial e à polarização política que ela ocasionava.

Em primeiro lugar, a esfera do poder internacional alterou-se drasticamente com a eclosão da guerra na Europa. Imediatamente, a Grã-Bretanha por em ação um bloqueio marítimo contra a navegação alemã, o que de um só golpe tirou a América Latina do alcance das linhas comerciais alemãs. No fim do ano, a ministro da Fazenda, Sousa Costa, reconhecia que os interesses brasileiros no comércio com a Alemanha tinham sido duramente atingidos, especialmente a importação, o que naturalmente repercutia sobre a possibilidade de exportar, pela própria natureza do comércio compensado. Em 40, o intercâmbio comercial entre Alemanha e Brasil caiu a 10% do ano anterior. Desse modo a Grã-Bretanha resolveu para os EUA o problema insolúvel do comércio compensado e retirou do Brasil um dos pontos de apoio da política eqüidistante.

Mas se é verdade que a Alemanha deixou de estar comercialmente presente no Brasil, nem por isso se poderia concluir que sua influência política declinou. As vitórias que o Eixo foi acumulando até a metade de 42 criaram um poderoso império alemão europeu e um império japonês no Extremo-Oriente e sudeste asiático. As vitórias germânicas entusiasmavam seus simpatizantes na América, estimulavam a mobilização de esforços em apoio à sua causa, e tinham que ser levadas em conta pelas autoridades dos países neutros em seus planos para o futuro.

No Brasil, a situação política se polarizava nitidamente, recortando a opinião pública em geral e também os organismos burocráticos, civis e militares, o que ficou claro na própria reunião do Conselho de Segurança Nacional que examinou, em junho de 39, a possibilidade de se desencadear a guerra na Europa. O governo Vargas, prudentemente, colocou-se em posição de neutralidade face à guerra. Embora o comércio com a Alemanha refluísse rapidamente enquanto crescia o intercâmbio com os EUA, o governo brasileiro tratava de manter a equidistância na medida do possível. No trato com o governo americano, Vargas dispunha ainda dos seguintes elementos de barganha: a Alemanha podia fornecer ao Brasil armas já encomendadas e aceitava novas encomendas, enquanto o governo norte-americano não tinha capacidade para fazer o mesmo; as empresas alemãs estavam capacitadas a montar para o Brasil uma usina siderúrgica completa, enquanto as empresas norte-americanas se esquivavam de tomar uma decisão sobre o assunto; o regime alemão poderia constituir-se em modelo político para o Brasil, já que internamente a luta política apresentava-se empatada.

Num contexto de negociações, semifrustradas, Vargas pronunciou o famoso discurso de junho de 40, a bordo no navio Minas Gerais, em que o presidente se afirmava pan-americanista para a seguir atacar a organização social e a política liberal. Se, como sabemos, Vargas já tinha feito chegar ao governo americano a notícia de que algumas empresas alemãs estariam dispostas a implantar a siderurgia no Brasil, o discurso assume o significado de um último aviso. O Brasil era pan-americanista, em princípio, mas havia problemas de solução urgente. O governo estava disposto a implementar a industrialização (siderurgia) e a reaparelhar as forças armadas. Para isso se valeria de todos os recursos disponíveis, inclusive mirar-se na organização política da Alemanha.

O discurso produziu uma grande polêmica, tanto no Brasil como nos EUA, por sua aparente adesão ao fascismo, em oposição à liberal-democracia. Mas não era este, porém, o eixo fundamental do discurso, como o próprio Vargas pronunciou-se dias mais

tarde, em que afirmou que o pan-americanismo tinha de se comprometer com o fortalecimento econômico e militar do Brasil. Em outras palavras, a colaboração pretendida pelos EUA tinha um prelo e sua não aceitação implicaria a manutenção de uma neutralidade rígida.

Vargas pressionou, portanto, no momento adequado, quando os EUA pediam colaboração hemisférica no plano estratégico. A colaboração fora até então unidirecional, isto é, significava colaboração do Brasil com os EUA, mas não contemplava a colaboração dos EUA com o Brasil, nos termos em que o governo brasileiro entendia a colaboração. Quando amainou a polêmica gerada pelos discursos, retomaram-se as negociações sobre siderurgia, agora em termos de propriedade e controle estatal, mediante financiamento do Eximbank e tecnologia de empresas privadas dos EUA. Em setembro, assinaram-se os acordos de financiamento e nos dois anos seguintes o governo Roosevelt facilitou a produção e o transporte do equipamento necessário à instalação da planta siderúrgica de Volta Redonda. O discurso de Vargas em junho constituiu o momento público mais dramático no processo de criação da grande siderurgia no Brasil.

O ataque japonês a uma remota base americana no Havaí mobilizou os governos latino-americanos em declarações de solidariedade ao governo dos EUA. Ao mesmo tempo, os EUA convocavam uma conferência de chanceleres das Américas para tratar da ameaça que o ato japonês representava para o continente. Pretendia extrair da conferência uma resolução de rompimento unânime e imediato de relações diplomáticas e comerciais entre os países latino-americanos e o Eixo.

Em relação ao Brasil, lançando mãos dos bons ofícios do embaixador brasileiro em Washington, o governo dos EUA enviou tropas ao nordeste brasileiro, disfarçados de técnicos de manutenção dos vôos vindos do norte da África. Criou com isso fato consumado, mas o governo brasileiro ainda tinha um trunfo na mão, a posição que tomaria da Conferência do Rio de Janeiro.

À medida que esta se aproximava, as pressões se entrecruzavam: provavelmente sob inspiração do ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Von Ribentrop, o Primeiro-Ministro português Salazar pediu a Vargas que evitasse participar da guerra ao lado dos EUA. Internamente, os setores pró-alemães e ligados ao integralismo multiplicavam esforços para dissuadir o governo de um alinhamento definitivo aos EUA, enquanto a ANL exigia o rompimento de relações com o Eixo em nome da solidariedade continental. A linha de argumentação dos germanófilos e seus aliados era

a defesa da neutralidade irrestrita. No plano externo, o governo uruguaio opinava pelo rompimento de relações, enquanto a chancelaria argentina declarava que consideraria os EUA como nação não-beligerante, mas não pretendia ir além desse limite, em função da forte corrente germanófila no interior do governo.

O jogo entre Vargas e Roosevelt tornou-se então cada vez mais explícito. O presidente norte-americano, em carta pessoal, a Vargas, enviada no momento em que se iniciava a III Conferência dos chanceleres no Rio, declarou-se disposto a pagar o preço enunciado pelo presidente brasileiro. Depois de elogiar o discurso de Vargas e agradecer a assistência que as patrulhas navais e aéreas norte-americanas recebiam nos portos e aeroportos brasileiros, Roosevelt garante que ‘em breve, seria capaz de suprir o equipamento esperado’.

Iniciada a Conferência, os embaixadores do Eixo no Brasil fizeram esforços e manobras de última hora numa tentativa de evitar o rompimento de relações, mas Vargas esperava um compromisso mais firme do governo Roosevelt para alinhar-se aos EUA. Ele mesmo comunicou à Summer Welles, chefe da delegação norte-americana à conferência dos chanceleres, as exigências brasileiras. Depois de sublinhar que estava totalmente com os EUA e reclamar que nos últimos 18 meses as promessas americanas de suprimento bélico ao Brasil tinham sido vãs, o governo Roosevelt finalmente envia mais suprimentos.

Uma última resistência a ser vencida provinha do comando militar. Dutra e Góis Monteiro defenderam perante Vargas o não-rompimento de relações com o Eixo, alegando ‘não estarem nossas forças aparelhadas para assegurar a defesa do território, na eventualidade de conseqüências de caráter militar decorrentes do rompimento de relações diplomáticas’. Significativamente, esse último ponto de resistência não falava em nome de princípios ou de uma linha política, apenas argumentava em termos funcionais, aceitava a solidariedade continental, mas considerava o rompimento indesejável pelo despreparo da força armada ou, ao contrário, se a força armada dispusesse de recursos a solidariedade poderia transformar-se em colaboração ativa mediante o rompimento de relações.

A essa altura Vargas já tinha suficientes garantias do governo norte-americano para neutralizar a oposição militar, concedendo-lhe o reequipamento da força armada brasileira. Mas, para adquirir plena certeza e obter com segurança o que pedira, esperou até o último dia da conferência para anunciar o rompimento de relações com o Eixo.

Ao arrancar do governo americano o compromisso de equipar as forças armadas brasileiras, o governo Vargas tornava-se um parceiro privilegiado no concerto americano. Por seu turno, o governo americano consolidava sua hegemonia, apesar das resistências argentina e chilena em romper com o Eixo naquele momento.

Mas a III Conferência de Chanceleres foi mais longe na consolidação da hegemonia norte-americana. Uma série de resoluções tratou de coordenar em plano continental as políticas nacionais de produção de materiais estratégicos, de transportes, de assistência à comissão interamericana de fomento em Washington, de adesão para o estabelecimento de um banco interamericano de estímulo ao investimento de capitais nas republicas americanas, de colaboração econômica, de controle de atividades subversivas, de coordenação de medidas policiais e judiciais, de coordenação do sistema de investigação, de coordenação de conflitos interamericanos, de problemas do pós-guerra, de aviação comercial, de apoio e adesão à Carta do Atlântico, de apoio à Junta Interamericana de Defesa, de telecomunicações, etc.

As resoluções da conferência refletem as preocupações dos EUA em relação à América Latina, assim como os papéis que lhe designavam em sua estratégia global. Enquanto os EUA enfrentavam o poderoso peso do conflito direto, envolvendo-se com a guerra, o resto das Américas deveria: 1) integrar-se economicamente ao esforço, especialmente pelo fornecimento de matérias-primas e estratégicas à indústria bélica norte-americana; 2) manter a ordem interna para evitar alterações nos compromissos políticos assumidos com os EUA. Por isso, a formação e envio de uma Força Expedicionária Brasileira à Europa deve ser entendida mais como o resultado do processo político interno (em que se ressalta o peso cada vez maior do estabelecimento militar na arena das decisões) do que de necessidades do sistema de poder norte-americano. Para este, bastava receber dos aliados subordinados o que lograra estabelecer em 42, na Conferência do Rio.

O ajuste das posições brasileiras e norte-americanas teve seqüência rápida e eficaz: o cumprimento dos compromissos de Roosevelt a Vargas e novas contribuições brasileiras ao esforço de guerra americana se concretizaram com a missão Sousa Costa aos EUA, em fevereiro de 42. O ministro da Fazenda de Vargas tratou de obter das autoridades americanas a redução de prazos para a entrega das encomendas de material bélico de transporte marítimo e ferroviário, e ao mesmo tempo assegurar o fluxo de matérias-primas estratégicas para os EUA.

Nos meses seguintes, novos acordos foram assinados para o fornecimento de outras matérias-primas, que deveriam assegurar o pleno funcionamento da indústria americana. Além disso, os EUA renovaram as suas solicitações para estacionamento de novos contingentes militares nas bases do nordeste brasileiro. A colaboração econômica, política e militar só fez crescer a partir de então.

Souza Dantas e a chancelaria

A trajetória do embaixador Luiz Martins Souza Dantas destaca-se na literatura existente sobre Brasil e França nesse período. Sua inegável atuação, com a concessão de inúmeros vistos de entrada no país à judeus e outros perseguidos de guerra, lhe garantiram uma aura quase heróica, e, junto com repercussão da tragédia do Holocausto, ensejaram significativo interesse biográfico em torno de sua figura. Souza Dantas, juntamente com Aracy Guimarães Rosa, são os únicos brasileiros detentores do título ‘Justos entre as Nações’, prêmio de reconhecimento aos não-judeus que, durante a Segunda Guerra Mundial, salvaram a vida de perseguidos pelo regime nazista. Aracy, que foi durante muitos anos secretária do cônsul-geral brasileiro em Hamburgo, ignorou a circular secreta 1127²⁷, de 28 de maio de 1938, que restringia a entrada de judeus no país, e continuou preenchendo a papelada dos aplicantes ‘esquecendo’ de lhes classificar segundo a religião. João Guimarães Rosa, cônsul adjunto, que se tornaria o segundo marido de Aracy, se comportou como a grande parte do Ministério de Relações Exteriores, que, mesmo repudiando o nazismo e as decisões do presidente Vargas, não tomaram nenhuma atitude concreta para evitá-las. Outro caso comovente, é do português Aristides de Sousa Mendes, também detentor do título, que ocupava o posto de cônsul em Bordeaux, quando a invasão alemã à França, e contrariando ordens expressas de seu ministro de Relações Exteriores, Antonio Salazar, que acumulava o cargo de chefe de Estado, concedeu milhares de vistos de entrada em Portugal, ato que lhe rendeu a alcunha de ‘Schindler português’. Logo tendo sido trazido de volta à Lisboa, foi exonerado e viveu com a ajuda da comunidade judaica, morrendo na extrema pobreza. Dessa forma, muitas das análises existentes, por

²⁷ Arquivo Histórico do Itamaraty. 82/7/65

priorizarem a vida pública do embaixador, atribuem, invariavelmente, grande ênfase à sua *persona* nas relações bilaterais Rio de Janeiro-Vichy nesse período. O maior exemplo é o livro do historiador Fabio Koifman, “Quixote nas Trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo”²⁸ (ao qual se refere o título deste artigo).

Como conseqüência indireta desse interesse, estabeleceu-se a noção de que havia conflitos entre a posição da chancelaria e os esforços humanitários do embaixador. “Por força da produção historiográfica dos últimos anos, estabeleceu-se a impressão de que foi no Itamaraty que se encastelou o sentimento xenófobo, especialmente o anti-semitismo, contrariando, por ironia, a vocação internacionalista da casa, e deslustrando, sobretudo, a imagem pública de Oswaldo Aranha e de outros diplomatas”²⁹. Desta forma, a ênfase na trajetória de indivíduos que promoveram esforços contra o anti-semitismo contribuiu para descontextualizar as motivações por trás das políticas do Estado brasileiro na época, que assim como diversos outros países, preocupava-se também com a vinda maciça de imigrantes. Essa dicotomia prejudica uma compreensão mais ampla dos atores e das instituições do período. O próprio Oswaldo Aranha, “foi uma espécie de contrapeso em face daqueles que, no governo, eram simpatizantes das potências do eixo”³⁰, sendo importante fator de aproximação do Brasil com os Estados Unidos no primeiro governo Vargas, devido o grande prestígio que adquiriu nos anos que atuou como embaixador nesse país.

As relações bilaterais Rio de Janeiro-Vichy se inserem no panorama mais abrangente de inserção internacional do Brasil na primeira metade do século XX (desde a crise da bolsa de Nova Iorque, passando pelos anos de crise econômica da década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial), em que “o governo do Brasil tratou de tirar o máximo proveito possível dessa reorientação política, em meio à conflagração mundial e à polarização política que ela ocasionava”³¹.

O período entre 1935-1942 se caracteriza pela presença de dois ‘sistemas de poder’ concorrentes no plano internacional, ansiosos por ampliar e solidificar alianças,

²⁸ KOIFMAN, Fábio. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record. 2002. P. 14

²⁹ KOIFMAN, Fábio. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record. 2002.

³⁰ CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2008. P. 246.

³¹ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP. 51

tratando para isso de fazer concessões e acenando com vantagens de sua proteção. Fosse por motivos mais estritamente econômicos (fornecimento de produtos primários) ou estratégicos (alinhamento e colaboração ampla), Alemanha e EUA disputam o Brasil, e esse fato alarga os limites da decisão e ação do Estado brasileiro.³² A política adotada, chamada por Gerson Moura de “equidistância pragmática”³³, foi promovida pelo governo Vargas como mecanismo de barganha, e só foi substituído pelo alinhamento com os Aliados, no fim de 1941, pois garantia maior benefícios econômicos ao Brasil. O projeto de industrialização limitada dos aliados subordinados previa um novo papel para os EUA; não mais o fornecedor de manufaturados para países primário-exportadores, mas fonte de investimentos para a criação de indústrias não-concorrentes com a produção norte-americana, nos países dependentes, constituindo assim um novo tipo de mercado para o capital norte-americano. São os primórdios da internacionalização de produção e do mercado capitalista, que se estabelecem após a WWII, e que caracterizam a nova feição do imperialismo.³⁴

Dessa forma, faz-se necessário uma análise mais ampla das relações bilaterais Brasil-França nesse período, na qual se possa investigar quais determinantes estruturais, políticos e econômicos, esclarecem as políticas de Estados adotadas pelo Brasil à época. Trata-se de contextualizar as limitações e os objetivos estratégicos da chancelaria brasileira, em função do equilíbrio de forças que configurava o sistema internacional.

Souza Dantas nos documentos oficiais

Neste artigo, me apoiarei, principalmente, nos despachos e ofícios, dos anos de 1940 à 1942, entre Brasil e França, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. São documentos que descrevem a rotina da Missão, primeiro em Paris, e depois também em Vichy, e dia-a-dia dos diplomatas em meio à guerra. O secretário Rubens de Mello, que permaneceu em Paris, enviava relatórios mensais sobre economia e política, que permitiam à chancelaria uma percepção mais acurada do que acontecia na Europa.

³² MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 62

³³ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 51

³⁴ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 87

Esses despachos e ofícios, como documentação primária, nos permitem um contato mais direto com as fontes e permitem uma análise menos permeada de outros valores e expectativas. Tais documentos, já catalogados e em bom estado de conservação, nos possibilitam uma análise mais ampla dos objetivos e condicionantes que balizavam a conduta da chancelaria brasileira.

Além disso, também me apoiarei, como documentação primária, nos arquivos pessoais dos embaixadores Dantas e Aranha, depositados no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, também no Rio de Janeiro. Buscar-se-á, assim, aprofundar a análise, na medida do possível, para além dos discursos oficiais produzidos no seio das instituições. Procurar-se-á compreender os arquivos da chancelaria brasileira como documentos condicionados pelas possibilidades do discurso oficial. Dessa forma, essas fontes suplementares poderão servir de suporte para uma análise mais sólida das relações bilaterais do período. Em menor escala, também me utilizei do acervo do Arquivo Nacional, principalmente pedidos de regularização da permanência no Brasil, redigidos por estrangeiros, durante a primeira parte da década de 1940.

Nos documentos do AHI, aos ofícios de Rubens de Mello, homem da mais alta confiança do embaixador Dantas, que permaneceu em Paris como ministro-conselheiro, durante os anos de França ocupada, e desenvolveu boas relações com os diplomatas alemães, e dessa maneira, manteve o Ministério bem informado do que acontecia durante a invasão, são os que nos permitem um panorama da capital. Nomeando-os de ‘mês econômico’ e ‘mês político’, Mello traz à chancelaria informações dos dias de guerra, O ‘mês político’ n.9, que veio apenso ao ofício n.245, de 30 de setembro de 1940, é especialmente interessante, pois relata as medidas racistas que vinham sido tomadas na França ocupada, em que os judeus franceses e estrangeiros deviam se inscrever em um registro especial, declarando todos os seus bens, fixando cartazes em seus negócios, alertando que eram israelitas, entre outros, e os muitos recortes de jornal anexos ajudam a transmitir a aura de medo que estava sobre Paris.

Com o início da guerra, as denúncias de irregularidades na entrada de estrangeiros no Brasil, seriam intensificadas, e os primeiros inquéritos administrativos foram instaurados pelo DASP no segundo semestre de 1940. Mesmo ainda controlando a entrada de estrangeiros no país (que depois ficaria à cargo do MJNI), o Itamaraty era constantemente pressionado por outros ministérios, especialmente o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O governo brasileiro, em atenção a pressões de alguns setores da sociedade, consignou sua preocupação com a entrada no Brasil de refugiados judeus. Durante os anos seguintes centenas de despachos contendo reprimendas foram remetidos pelo Ministério de Relações Exteriores às representações diplomáticas brasileiras no exterior, em cada oportunidade que a secretaria-geral percebia ou era notificada de uma concessão irregular de vistos.

A preocupação das autoridades governamentais com o controle da entrada de estrangeiros, especialmente os refugiados considerados indesejáveis, foi se intensificando com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, tendo o Estado criado novos órgãos e controles para a imigração. E com o início das hostilidades, as denúncias de irregularidades seriam intensificadas, e os primeiros inquéritos administrativos foram instaurados pelo Departamento Administrativo do Serviço Público em 1940. As conclusões dos processos foram remetidas ao presidente da República, e, em fins de 1941, chegaria a vez de Dantas ser acusado em um inquérito administrativo relacionado à entrada ilegal de estrangeiros. Quando envolviam funcionário do MRE, esses inquéritos eram muito mal recebidos por Oswaldo Aranha, que se mostrava contrariado em todas as oportunidades que se manifestava sobre o assunto.

Ao longo da década de 1930, seguindo a praxe dos embaixadores, Souza Dantas enviou regularmente longos ofícios mensais com informações, denominados ‘mês político’ e ‘mês econômico’, e à medida que a Alemanha ia colocando em prática sua violenta política de Estado, os informes do embaixador se tornavam mais abertamente críticos a Hitler.

O pânico ao avanço das tropas alemãs fez com que milhares de pessoas buscassem desesperadamente sair da França, e, a partir de maio de 1940 imensas filas se formaram diante das representações diplomáticas, como pode ser visto em um ofício³⁵, em que o cônsul brasileiro em Bologne-Sur-Mer relata o medo de deixar o prédio oficial, por causa do grande número de pessoas que aguardavam atendimento.

O Brasil havia estabelecido regras precisas no decreto-lei 3010, de 20 de agosto de 1938³⁶, em relação à concessão de visto a estrangeiros, e as circulares do MRE estabeleceram critérios especiais quando o pretendente era ‘semita ou identificado como tal’.

³⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty.105/4/1

³⁶ Consultado em 20/12/2011, em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>

Desde a saída de Dantas de Paris, os vistos de turismo concedidos aumentam exponencialmente, e mesmo quando assinados por membros do corpo consular, são nítidos os esforços do embaixador, e, na falta de um passaporte, muitos deles foram concedidos em um papel timbrado da representação, com somente a foto, nome e data de nascimento manuscritas. No Arquivo Nacional, constam quase 400 documentos de entrada no país, no ano de 1940, assinados diretamente pelo embaixador, muitos deles sem número, ou com uma numeração que não parece seguir uma ordem cronológica, sem data, com uma frase curta em francês (a grande maioria tem grafado somente *bon pour le Brésil*) e uma rubrica.

O Arquivo Histórico do Itamaraty abriga documentos curiosos, que reforçam a ideia de que o MRE assentia os atos de Dantas, mesmo contrariando as ordens do Ministério da Justiça e de Negócios Interiores, como o ofício de 29 de agosto de 1940³⁷, em que o embaixador, respondendo um despacho que requisitava mais informações sobre o portador de um visto sem número, afirma ‘[...] que Jacob Stiglitz não possui nenhuma ascendência judaica conhecida’. Já nos arquivos do embaixador Aranha, no CPDOC, é mantida uma carta, trazida por um casal de imigrantes, e assinada por Dantas, explicando a necessidade de recebê-los no país, ‘mesmo que ambos não satisfaçam as exigências [da lei]’.

O primeiro documento disponível a criticar abertamente a posição de Dantas é um ofício de 30 de julho de 1940³⁸ enviado pelo cônsul brasileiro em Lyon, Osório Dutra, ao ministro Oswaldo Aranha, afirmando que ‘a questão relativa a vistos neste país assume proporções assustadoras’, e que ‘se não abrirmos os olhos, tomando medidas severas, encheremos o nosso país de péssimos elementos’. Outro documento que demonstra a (no mínimo) passividade com que a chancelaria tratava os atos irregulares de Dantas, foi o telegrama de 6 de agosto de 1940³⁹, endereçado ao chanceler, em que o embaixador se queixa do conselheiro Carlos da Silveira Martins Ramos, que ‘mostra flagrante desrespeito à hierarquia, declarando que não obedecerá minhas ordens, que não estou de acordo com o regulamento’. E, ao tomar conhecimento da conduta do conselheiro, Aranha, em despacho de 14 de agosto⁴⁰, o adverte e remove de volta à secretaria no Rio de Janeiro.

³⁷ Arquivo Histórico Itamaraty 39/3/2

³⁸ Arquivo Histórico Itamaraty 85/3/96

³⁹ Arquivo Histórico Itamaraty 39/3/2

⁴⁰ Arquivo Histórico Itamaraty 39/3/15

Em 14 de novembro de 1940, Souza Dantas redige uma dramática carta pessoal a Oswaldo Aranha⁴¹, resumindo a situação dos refugiados na França e pedindo autorização para continuar emitindo os vistos, tentando legitimar o que ele já vinha fazendo a seis meses, concedendo vistos diplomáticos sem obedecer os critérios oficiais. A urgência de Dantas nesse telegrama coincide com a aplicação da política de deportações para os campos de concentração, que foi iniciada pelo governo de Vichy em setembro de 1940, e durou até 1944, tendo sido deportados e mortos mais de 75 mil judeus⁴².

Oswaldo Aranha, até por sua proximidade com Dantas, tinha clara ideia de seu posicionamento político e de sua sensibilidade, e, com a grande quantidade de vistos emitido, decerto percebia as irregularidades, mas sempre se ateve a pedir maiores explicações, e, quando a situação criada já era grande e complicada demais para continuar sendo negligenciada.

No Itamaraty, a questão da concessão de vistos a semitas vinha ocupando boa parte do expediente de seus funcionários, como pode ser visto em despacho de 9 de dezembro de 1940⁴³, com assunto ‘irregularidades na concessão de vistos nos passaportes de israelitas’, mas, mesmo nesse contexto, o MRE ainda mantinha sua autorização de concessão de vistos de Dantas. E, a partir desse período, o tom das repreensões nos despachos enviados às representações diplomáticas foi se tornando mais duro.

Em 6 de janeiro de 1941, Oswaldo Aranha assinou oficialmente a circular 1498, que determinou categoricamente a suspensão de quaisquer tipos de vistos aos israelitas e seus descendentes, devido a claras pressões do Serviço de Registro de Estrangeiros da Polícia Civil do Distrito Federal e do Departamento Nacional de Imigração, logo após, o chanceler manda um telegrama a Dantas, ‘suplic[ando] para mais discernimento na emissão de vistos israelitas’⁴⁴.

No dia 27 de maio de 1941, a embaixada do Brasil em Paris recebeu ordem de fechamento pelas autoridades de ocupação, que deram prazo máximo até 1º de junho. Nessa data, Rubens de Melo deixou Paris, e, através desses telegramas, mesmo que muitos sejam classificados como confidenciais, e ainda de consulta restrita, sabemos

⁴¹ Centro de Pesquisa e Documentação, Arquivo Oswaldo Aranha, n. 0325

⁴² WEISBERG, Richard. Vichy Law and the Holocaust in France. Nova Iorque: New York University Press, 1996. P 128

⁴³ Arquivo Histórico Itamaraty lata 1092, maço 20778

⁴⁴ Centro de Pesquisa e Documentação, Arquivo Oswaldo Aranha, n. 1037

que as autoridades brasileiras estavam perfeitamente informadas a respeito da situação e dos procedimentos em relação aos judeus em toda a França.

Em 30 de junho, o MRE recebe ofício do MJNI, assinado pelo próprio Francisco Campos, em que ‘pede providências ao fato de que logo chegará ao Brasil um vapor com vinte ou trinta passageiros alemães, com passaportes pertencentes a pessoas já mortas’.⁴⁵

E, após muitos ofícios e despachos, no dia 11 de dezembro de 1941, foi aprovada a comissão de inquérito que ficaria encarregada do processo administrativo contra diplomatas envolvidos na concessão de vistos ilegais, e, contrariando os muitos pedidos de Aranha, Vargas formou a comissão com maioria dos funcionários ligados ao MJNI⁴⁶. Mas, embora designada nessa data, a comissão de inquérito só iniciou seus trabalhos em 3 de fevereiro de 1942. Em 13 de janeiro de 1942, Mauricio Nabuco, embaixador de carreira e presidente da dita comissão, solicitara a Vargas que o inquérito só se instaurasse somente depois do encerramento da III Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, pois as mudanças decorrentes da Reunião poderiam determinar profundas mudanças na política externa brasileira, uma vez que, logo após seu encerramento, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, posição que já havia sido tomada por Vargas depois do ataque japonês aos Estados Unidos⁴⁷. Nabuco, mesmo não sendo amigo pessoal de Dantas, tentou dar fim ao inquérito, ‘dispensando certas formalidades, pois os documentos contidos no maço inicial do processo permitiram a reconstituição de todos os fatos’⁴⁸. Foram dois processados, além, é claro, de Souza Dantas, Antonio Porciúncula, cônsul honorário do Brasil em Casablanca, que, sendo funcionário honorário, não tinha autoridade para visar passaportes, e revalidara 12 vistos já expirados; e Eduardo Porto Osório Bordini, cônsul em Cádiz, por conceder 10 vistos irregulares a judeus. A comissão concluiu por considerar falta grave a atitude de Porciúncula, e que Bordini agira com leviandade, mas consideraram atos de ‘boa-fé’⁴⁹, não sendo Dantas nem textualmente citado na conclusão do inquérito, que afirmava que o MRE aplicaria as penalidades aplicáveis de acordo com o estatuto do funcionário público.

⁴⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty ofício G/518

⁴⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty, processo 2161/ 41

⁴⁷ MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP 83

⁴⁸ Arquivo Histórico do Itamaraty, processo 2161/ 41.

⁴⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty, processo 2161/ 41.

Em telegrama reservado⁵⁰, o embaixador se mostra preocupado com sua defesa, imaginando que seria processado pelos milhares de documentos, mas foi acusado de emitir 12 vistos irregulares, teve como pena a suspensão de seu direito de emitir vistos (já que necessitava de autorização especial, pois era embaixador, e não cônsul), foi repreendido formalmente por Aranha e compulsoriamente aposentado.

Desde 9 de maio de 1941, Dantas estava formalmente aposentado, entretanto, atendendo à solicitação de Aranha, mantinha-se no cargo à espera de seu substituto, e somente em 31 de outubro de 1942, o embaixador voltou ao Brasil quando João Neves da Fontoura chegou para ocupar o posto. Voltou ao Rio de Janeiro e se manteve discreto até o fim da Guerra, quando foi convidado pelo MRE para chefiar a delegação brasileira na Primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, em Londres, entre 10 de janeiro e 14 de fevereiro de 1946. O embaixador foi o primeiro brasileiro a discursar neste órgão precursor da ONU, e passou seus últimos anos de vida em Paris, falecendo em 1954, mesmo ano da morte de Getúlio.

Conclusão

A atuação do embaixador Luis de Souza Dantas é emblemática para a história recente do Brasil, assim como foi a postura do Ministério de Relações Exteriores. Ao contrário do que crê o senso comum, a chancelaria fez muito pouco (praticamente nada) para impedir as emissões regulares de Dantas e de outros diplomatas. No contexto do primeiro governo Vargas, com sua equidistância pragmática, tentava-se tirar partido da situação em benefício do país, mesmo que as crenças pessoais do chefe de Estado tendessem ao fascismo, e todas as repreensões, e, por fim, o inquérito instaurados contra o embaixador, se revestiram de um caráter meramente proforma, ou seja, quando as emissões de Dantas já não mais podiam ser ignoradas, a comissão foi instaurada somente para cumprir formalidades, que logo foram diminuídas por outros membros do corpo diplomático. O mundo viveu dias de horror na década de 1940, mas as conjecturas brasileiras (e mesmo o dia-a-dia) impedia grandes feitos, o shoah trazia medo e pavor, mas parecia distante, algo intocável. Em suas possibilidades na época, o Ministério de

⁵⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty n. 57, 1/1/72)

Relações Exteriores se esforçou pra manter um Souza Dantas atuante em Vichy, e mesmo depois de um inquérito que o forçou a aposentadoria compulsória, o convite para as reuniões que se tornaram as primeiras Reuniões da Assembléia Geral das Nações Unidas, mostra o grande apreço da chancelaria por seus esforços e história.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, José Augusto. Sessenta Anos de Política Externa brasileira. São Paulo

BUENO, Clodoaldo. A Política Externa da Primeira República. São Paulo: Paz e Terra. 2003.

CARR, Edward. Vinte Anos de Crise, 1919-1939. Brasília: UnB. 2001.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

COINTET-LABROUSSE, Michèle. Vichy et le Fascisme. Bruxelas: Editions Complexe, 1987.

FAUSTO, Boris. História Geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL. 1986.

FAUSTO, Boris História do Brasil. São Paulo: Record. 2001.

FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2003.

HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

IGLESIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil. São Paulo: Cia. das letras. 2000

JOLL, James. Europe since 1870. London: Penguin. 1990

KOIFMAN, Fábio. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record. 2002.

LINHARES, Marie Yedda (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

MOURA, Gerson. A autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PAXTON, Robert. A Anatomia do Fascismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

PRADO Jr. Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora brasiliense. 1995.

SARAIVA, José Flávio. Sombra. (Org.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Os Fascismos. Rio de Janeiro: Moderna. 2003

WEISBERG, Richard. Vichy Law and the Holocaust in France. Nova Iorque: New York University Press, 1996